

A terceira margem sobre a qual se equilibra Riobaldo

Homero Vizeu Araújo¹

Abstract: This essay seeks to profile Riobaldo, protagonist-narrator of *Grande Sertão: Veredas*, who is both a reflective ex-hired gun and a successful social climber, hence the need to discuss the oscillations and ambiguities of his narration and the nature of its historical situation.

Key-words: mourning, modern art, sertão, hired gun, jagunço, *Grande sertão: veredas*, Dostoiévski, Guimarães Rosa, Tom Jobim, memory

Resumo: O ensaio procura estabelecer o perfil de Riobaldo, protagonista narrador de *Grande Sertão: Veredas*, que é um ex-jagunço reflexivo e arrivista social bem sucedido, daí a necessidade de discutir as oscilações e ambiguidades da enunciação levada a efeito e os termos de sua inserção histórica.

Palavras chave: luto, arte moderna, sertão, jagunço, *Grande sertão: veredas*, Dostoiévski, Guimarães Rosa, Tom Jobim, memória

Para Rodrigo Dubal, parceiro na reflexão

Guimarães Rosa, segundo Kathrin Rosenfield em *Desenveredando Rosa*, promove um enorme trabalho de luto pela pátria arcaica perdida para a modernização, no que contaria com precedentes ilustres em Goethe e Dostoiévski. Goethe em sua pátria acossada pelo capitalismo em ascensão que vai condenar as pretensões aristocráticas dos estados alemães, Dostoiévski, sempre acusando o ocidente de depredar sua querida Rússia cristã e eslava, de preferência representada na inocência meio furiosa dos mujiques. Para Rosa, seria o caso de cantar o Brasil rural e arcaico acossado pela modernização posterior a 30 sob o projeto de industrialização retardatária do Estado nacional patrocinado pelas elites modernizantes.

O paralelo entre Dostoiévski e Rosa dá o que pensar: “Refiro-me a Dostoiévski, que teme, como Rosa, o espírito crítico, as ideologias politizadas e a arte engajada do seu

¹ Homero Vizeu Araújo é professor de Literatura Brasileira da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É professor orientador de mestrado e doutorado no Ppglet-Ufrgs. Além de escrever resenhas e ensaios, é autor dos livros *O poema no sistema: a peculiaridade do antilírico João Cabral na poesia brasileira* e de *Machado de Assis e arredores: Quincas Borba, Moby Dick e outras ideias fixas* (no prelo, pela Editora Movimento). Atualmente pesquisa Literatura Brasileira de 1945 a 1980, com ênfase na relação entre forma literária e nacional-desenvolvimentismo.

tempo. Ambos resistiram àquela agitação intelectual, política e estética que Rosa resume na metáfora “megera cartesiana” e que invadiu a Rússia um século antes de chegar aos trópicos. Há nisso um esforço de seriedade filosófica que leva Rosa de volta aos projetos artísticos abrangentes de Goethe e de Dostoiévski. Estes julgam como totalmente inadequada a transferência, para um país profundamente agrário e patriarcal e religioso (mais do que “atrasado”), de ideias liberais, geradas nas metrópoles de países que há muito, fizeram a experiência da laicização e da politização das antigas estruturas sociais e religiosas” (ROSENFELD, p. 102).

Sem renegar de forma passional ou ideológica a modernização, Rosa, na companhia de Goethe e Dostoiévski, trataria de, mediante forma estética, avaliar com critério e cuidado “(...) as inúmeras acomodações e desajustes dos momentos de crise, as feridas imaginárias e espirituais, as perdas afetivas, religiosas e morais que acompanham até as transformações mais positivas. Assim, ele concebe a escritura como um intenso trabalho de luto que as transformações históricas – e até reformas bem-sucedidas – exigem no imaginário coletivo” (ROSENFELD, p. 103). O argumento de Kathrin Rosenfield é complexo e nuançado, não sendo possível reproduzir aqui senão parte de seu alcance: a aproximação entre autores que elaboram o luto das perdas resultantes da modernização, do que não deriva necessariamente uma perspectiva saudosista, conservadora ou acanhada.

Alterando a perspectiva, vale acentuar as diferenças. Para Guimarães Rosa, ao contrário de Goethe e Dostoiévski, trata-se do esforço de manter viva uma tradição oral que se beneficiava de 500 anos de analfabetismo, no comentário curto de Roberto Schwarz. Dostoiévski investe contra a ocidentalização com as armas da língua padrão russa e com fúria ressentida de quem acusa o ocidente de estar mergulhado em uma insana corrida materialista, isto é, para Dostoiévski a modernização destrói, o progresso é uma ameaça irremediável que tensiona de cima a baixo a sociedade russa, doce-amarga pátria eslava. Em Guimarães Rosa o contraste entre arcaico e moderno não parece apontar para o conflito, ou ao menos excitar a veia crítica dos narradores. No clássico *Grande sertão: veredas* há sinais de uma sofisticada posição de equilíbrio e conciliação: na voz de Riobaldo Tatarana, jagunço letrado, encontram-se o legado da cultura caboclo-sertaneja, experimentalismo linguístico e ousadia especulativa e filosófica, para ficar no mínimo. Assim, o legado da cultura caboclo-sertaneja do mundo rural brasileiro é examinado por dentro com ambição estética alta e, passe o termo, vanguardista.

Na resposta do já citado Roberto Schwarz a uma entrevista publicada na revista *Novos Estudos CEBRAP* há uma síntese que ajuda aqui:

A combinação de oralidade popular e complexidade erudita é recorrente na literatura brasileira. A grande figura, aí, é Guimarães Rosa. Há um doutorado surpreendente nessa matéria, de um poeta e crítico mexicano, Hector Olea, em que ele documenta a frequência quase inacreditável das alusões à Bíblia, a Platão, Plotino, Dante e outros clássicos, que vão ocorrendo quase a cada frase. Fica a impressão – embora as intenções da tese sejam outras – de que o método literário de Guimarães Rosa em certa parte consistia em tomar frases de clássicos e traduzi-las para o caipira, na linguagem e nas situações. Não deixa de ser uma solução ultradireta para a dificuldade de ligar o local e o universal. A combinação de inflexões regionais mineiras e argumentos pertencentes à tradição filosófica a mais consagrada arma uma dessas diferenças de tempo e de âmbito que são, de alguma maneira, características do Brasil. A cautela da oralidade, da fala do iletrado, oculta a audácia da montagem, que não é menos violenta que a prosa mais cubista de Oswald de Andrade. Há um verniz de naturalidade ocultando a extravagância da operação (SCHWARZ, p. 69).

Tradição filosófica que, no caso de *Grande sertão: veredas*, dá envergadura especulativa ao longo monólogo de ex-jagunço Riobaldo; o narrador sertanejo é tão convincente em sua fala digressiva, especulativa e lírica que rende a tal naturalidade e, nos termos de crítico, oculta a audácia da montagem. E, para além do trabalho mencionado por Schwarz, o acervo erudito parafraseado e reelaborado por Rosa foi demonstrado pela própria Kathrin Rosenfield, em livros como o já citado *Desenveredando Rosa*, ou ainda por Francis Utéza, em *JGR: metafísica do Grande sertão*. Vale assinalar a quantidade de alentados e ambiciosos estudos escritos por autores estrangeiros, fascinados pela prosa hipnótica de Rosa e dispostos a desencavar o acervo erudito sob o tal verniz oral e popular. O livro de Utéza foi escrito em francês e traduzido por José Carlos Garbuglio.

De volta à extraordinária entrevista concedida por Schwarz, ali o tema Guimarães Rosa é só um tópico entre outros, logo não cabe ao crítico detalhar sua observação em relação a uma obra específica de Rosa e muito menos em relação ao monólogo de Riobaldo. Mas aqui faço eu a pergunta estrutural: qual o sentido desta complexidade erudita vertida para a oralidade popular nos termos do enredo do livro e, digamos, da situação enunciativa de Riobaldo? Ali atrás esbocei uma resposta, trata-se de uma intrincada e quase serena posição conciliatória em que o passado jagunço é narrado e incorporado, sem ser negado. Ao atual fazendeiro e proprietário Riobaldo não cabe condenar suas aventuras pretéritas e muito menos sua ascensão social, mas enunciá-las em range-rede para seu interlocutor. Um passo a menos, e o narrador volta a crer no demo e na masculinidade de Diadorim, os símbolos arcaicos por excelência; com um passo a mais Riobaldo renega o passado e viraria um céptico a rir das crenças do povo prascóvio e desde sempre conhecedor da feminilidade recôndita do parceiro jagunço.

Nem uma coisa nem outra, homem humano, travessia: Riobaldo não pretende contestar a cultura sertaneja mediante racionalismo cabível, nem retornar ao mundo jagunço e suas lendas. Nem arcaico nem moderno, o protagonista busca uma conciliação de perfil bem brasileiro. Forçando um pouco a nota, seria mais uma encarnação da célebre dialética entre ordem e desordem enunciada por Antonio Candido para discernir o ritmo e a estrutura de *Memórias de um sargento de milícias*, mas em chave abstrata e quase irreconhecível, no quadro de um dilema civilizatório entre barbárie e civilização, arcaico e moderno, tudo repassado pela oralidade sertaneja especulativa de um antigo agregado destituído, depois jagunço (embora letrado), a seguir chefe de bando e por fim herdeiro e proprietário de fazendas.

Veja-se a adesão ao kardecismo por Riobaldo. Embora no seu contexto francês o espiritismo já seja uma espécie de laxismo cristão a garantir algum contato dos entes queridos já mortos, a versão a que Riobaldo adere com a bênção do compadre Quelemém parece enfatizar a conciliação e o saneamento dos conflitos do atormentado protagonista que estava encerrando sua trajetória de chefe jagunço:

- O senhor acha que a minha alma eu vendi, pactário?!?”

Então ele sorriu, o pronto sincero, e me vale me respondeu:

- Tem cisma não. Pensa para diante. Comprar ou vender, às vezes, são as ações que são as quase iguais... (ROSA, p.623)

Comprar e vender, morder ou soprar, aqui a ambivalência ganha uma fórmula que ecoa, vamos convir, o conjunto monumental de jogos de espelhos e ambiguidades que atravessa o romance. Mas acho importante discernir também um toque nacional, digamos, em busca da paz conciliatória (mas depois do massacre dos inimigos), neste caso um aces-

so mais ou menos imediato ao além e à transcendência. Dribla-se a autoridade da igreja católica ou a severidade de uma lei religiosa mais firme mediante esquema umbandista, pai de santo, médium espírita ou, porque não, pastor protestante enfático e gritão.

Já é clássica a passagem de *Grande sertão: veredas* em que Riobaldo, no presente de sua narrativa, afirma sua profissão de fé sincrética ao interlocutor:

Hem? Hem? O que mais penso, testo e explico: todo mundo é louco. O senhor, eu, nós, as pessoas todas. Por isso é que se carece principalmente de religião: para se desdoidecer, desdoidar. Reza é que sara da loucura. No geral. Isso é que é a salvação-da-alma... Muita religião, seu moço! Eu cá não perco ocasião de religião. Aproveito de todas. Bebo água de todo rio... Uma só, para mim é pouca, talvez não me chegue. Rezo cristão, católico, embrenho a certo; e aceito as preces de compadre meu Quelemém, doutrina dele, de Cardéque. Mas, quando posso, vou no Mindubim, onde um Matias é crente, metodista: a gente se acusa de pecador, lê alto a Bíblia, e ora, cantando hinos belos deles. Tudo me quieta, me suspende. Qualquer sombrinha me refresca. Mas é só muito provisório. Eu queria rezar - o tempo todo (ROSA, p.32).

Com tamanho arsenal salvacionista, fica mais claro porque a terceira margem sobre a qual se equilibra Riobaldo é relativamente sólida e o afasta das demandas de um luto burguês e freudiano, em que perdas e ganhos informariam uma personalidade de acordo com o perfil ideal de coerência urbana e exigente. Na metáfora recorrente no livro, a travessia é o dado. Vale dizer, fiquemos no meio, no médium (Quelemém?), sem buscar a opção entre uma margem e outra.

O sincretismo de Riobaldo incluiria a conciliação kardecista, homem humano e travessia, tudo é e não é. O Brasil arcaico está vivo e intocado, seja pelo interlocutor distanciado (*o senhor ri certas risadas...*), seja pela modernização ameaçadora que acossa os referidos Dostoiévski e Goethe, que já perderam a língua de seus antepassados e tem que enfrentar o mundo laicizado que lhes dá metro e consciência. Neste sentido, Riobaldo mantém o diálogo com seu interlocutor moderno sem lhe ouvir os argumentos, que de fato não constam no livro. O mundo laicizado e urbano é mantido mudo, e não precisa ser contestado. Novamente, um passo a mais, e Riobaldo abandonaria sua razoável tranquilidade de aedo da jagunçagem e mergulharia na má consciência de outro notório alpinista social da literatura brasileira, Paulo Honório, este sim torturado por uma implacável e laica consciência dos crimes cometidos.

Para o racionalista primitivo que é Riobaldo, na definição certa de José Hildebrando Dacanal, o acervo cultural mítico e agrário pode ser reelaborado, narrado e renarrado sem ser renegado como viria a acontecer se adotada a perspectiva cético-racional. Aqui reside uma parte substancial do procedimento rosiano (e brasileiro?) de conciliar em estado quase puro o passado colonial e a cultura popular em sua versão cabocla/sertaneja desde que repassados pelo experimentalismo linguístico modernista do letrado que também é jagunço, uma aporia viva que se mantém incólume a beira do rio São Francisco, dispondo de latifúndio a perder de vista e ex-cabras agregados para protegê-lo em caso de necessidade.

Esta lenda viva faria um luto bem nacional, que quer manter acesa a chama da consciência do jagunço Riobaldo, que acreditava e desacreditava do diabo e dele comprou e vendeu a alma para subir na vida, virar chefe e vencer a guerra que encerrará aquele ciclo de guerras jagunças. E ao mesmo tempo não quer voltar a ser jagunço e se distancia e renega o tempo inteiro a existência do demônio, existência afirmada com força naquela consciência pretérita. O racionalista primitivo pode sobreviver à desapareção do mundo

arcaico e enunciá-lo com ambivalência e lirismo, o que equivale a mantê-lo intacto, ou quase. É ainda Dacanal quem aponta a diferença notável que afasta o desfecho de *Grande sertão* dos finais drásticos e sangrentos das narrativas célebres do realismo fantástico, na América de língua espanhola e no Brasil:

Talvez não seja mero acaso que a grandes obras do realismo mágico ou, na expressão utilizada na introdução deste ensaio, as grandes obras da nova narrativa épica latino-americana se encerrem com cataclismas em que – com exceção da solução de compromisso em *Grande sertão: veredas* – os personagens são destruídos, varridos da face da terra juntamente com o mundo que os cerca. Se isto for um simples acaso sem importância ou não, apenas o futuro poderá dizê-lo. Na perspectiva histórica que hoje possuem as elites progressistas do Terceiro Mundo, porém, parece que não se trata de simples acaso. Tudo indica que tais personagens e tais mundos “não terão outra oportunidade sobre a Terra (DACANAL, p.75).

Em *Cem anos de solidão*, em *Garabombo, o invisível* ou em *O coronel e o lobisomem*, *Sargento Getúlio*, *Chapadão do Bugre* e *A pedra do reino* os narradores, em geral na terceira pessoa, adotam o ponto de vista arcaico, isto é, relatam e configuram a trama a partir das crenças e costumes de sociedades tradicionais afastadas dos núcleos urbanos da costa. Então se manifesta o chamado realismo fantástico em que moças voam, cavalos falam e o capeta intervém no dia-a-dia dos personagens sem que o narrador se distancie ou questione os fatos. Mas em Riobaldo temos, em que pesem as ambivalências e dúvidas do racionalista primitivo, o narrador detalhista e razoável que questiona as lendas do povo *prascóvio*.

Vale enfatizar a expressão *solução de compromisso* empregada pelo crítico para avaliar a situação do narrador Riobaldo, a driblar o final cataclísmico que é a marca das outras narrativas. Ao comparar o destino de Macondo, a mítica cidade de *Cem anos de solidão*, e Riobaldo, o ensaísta conclui: “Em *Grande sertão: veredas* – obra que tem na base o choque destas mesmas forças históricas – há ainda um equilíbrio. O herói supera o estágio da consciência mítico-sacral mas não chega a inserir-se no atual contexto da chamada civilização ocidental, não chega a atingir o plano de uma consciência cético-racionalista. Fica em seus limites. Em *Cem anos de solidão* não há o equilíbrio, não há o compromisso. O destino de Macondo é a morte, é “não ter uma segunda oportunidade sobre a terra”(DACANAL, p.116).

No ensaio que viemos citando, publicado em 1973, Dacanal contrasta, mediante Lukács e Hegel, a épica burguesa ocidental, isto é, o romance burguês, para definir o padrão que é infringido por Riobaldo, ou pelo menos, pelos paladinos da chamado realismo fantástico: razão burguesa versus desrazão mítica. Distorcendo um tanto o argumento de meu antigo professor, argumento aqui a favor de uma síndrome brasileira que não opta por uma coisa nem outra, um espaço de conciliação sertaneja que emerge da violência inominável, desvairado banguê-banguê do coronelismo caboclo. Sim, Riobaldo é este jagunço aposentado que no range-rede pós-combate narra os eventos por ser um sobrevivente letrado e escolarizado, que ascendeu de agregado despossuído a proprietário bem estabelecido. Nesses termos, teríamos uma conciliação pós-massacre que acontece na consciência do narrador, mas muito distante do dia a dia do confronto narrado, que fica no passado em que o jagunço Riobaldo percorria os gerais ao lado de Diadorim, seu amor.

Apelando para uma chave de leitura um tanto inusitada, mas promissora, é possível postular o caráter utópico da obra rosiana. Em Guimarães Rosa o sertão engalanado e reelaborado literariamente reitera e explora a utopia de um Brasil em que arcaico e

moderno convivam harmoniosamente, mesmo que em uma impossível fazenda à beira rio Chico plantada. O arcaico das lendas jagunças e o moderno do letrado especulativo e argumentativo configuram Riobaldo que não impugna o passado, porque não pretende, por exemplo, explorar de forma capitalista sua propriedade. E de novo aqui caberia o paralelo com Paulo Honório.

Quem chama a atenção para o caráter utópico e brasileiro de Guimarães Rosa é Fernando de Barros e Silva, em seu *Chico Buarque*, (Publifolha, 2004, col. *Folha explica*) ao notar que Oscar Niemeyer, Tom Jobim e Guimarães Rosa ocupam posições similares na cultura brasileira ao realizarem o milagre de fazer arte de forte vetor utópico, naquilo que Caetano Veloso batizou, ao cantar a bossa nova, de promessa de felicidade. O autor cita o texto de Chico Buarque, que se encerra assim: “Depois larguei a arquitetura e virei aprendiz de Tom Jobim. Quando minha música sai boa, penso que parece música de Tom Jobim. Música do Tom, na minha cabeça, é casa do Oscar (p.15).

Fernando de Barros e Silva argumenta:

A casa de Oscar e a música de Tom pertencem a um país cuja construção era visível. Mais do que isso, Oscar e Tom projetam e exprimem esse país tangível. Estamos falando de Brasília e da bossa nova, do final dos anos 50, com toda sua atmosfera de encantos, quando se vislumbrou a possibilidade de realização do que se pode chamar de uma utopia brasileira.(...) Nem antes nem depois nossos antagonismos estiveram tão perto de uma conciliação: o local e o cosmopolita, o sertão e o litoral, o folclore e a vanguarda, o popular e o erudito pareciam próximos de encontrar seu ponto de solução. A obra de Guimarães Rosa realizou essa proeza, da qual Brasília seria a síntese histórica, a materialização de uma sociedade nacional integrada. Esse projeto, porém, para voltar ao texto de Chico, foi demolido antes de existir, ou ficou intacto, suspenso no ar(p. 15-16).

Tom Jobim reinventando o samba com a bossa nova, isto é, tradição popular que já vinha reelaborada por Noel Rosa, Chiquinha Gonzaga, etc. relida pela pauta de impressionistas franceses (Debussy, Ravel, etc.) e pelos achados da canção norte-americana. Guimarães Rosa retomando a língua sertaneja e a cultura sertaneja e caipira para temperá-la com alta cultura ocidental e promover a aliança de modernismo e matéria social e cultural sertaneja em vias de extinção. Sem perder de perspectiva que o samba, o choro, etc também já era matéria tradicional que Tom estava reabilitando.

A modernização de Tom e Rosa pretendia encarnar também um progresso inocente, na expressão famosa de Roberto Schwarz, em que fosse possível conciliar a cultura popular urbana e rural do Brasil com progresso de Juscelino, isto é, com o nacionalismo desenvolvimentista que tornaria o Brasil uma nação integrada em que as conquistas letradas e musicais da alta cultura transassem em harmonia e pouca ameaça com o acervo popular herdeiro do regime colonial. Uma versão poderosa do desrecalque localista de matéria rural até então tratada como menor ou irrelevante, pitoresca ou moldável. Criatividade da população que improvisava com os restos do sistema escravista sem se tornar mão de obra para uma indústria não existente. Ou por outra, cultura dos pobres do campo intocados pelo mercado; população a compor um enorme exército de mão de obra sem uso para o capital, gente que sobrevivia como podia e cultivava tradições e folclore próprios. Abandonados a seu próprio azar, os pobres tinham acumulado tradição ágrafa, porque escola faz sentido para socializar rumo ao trabalho. Bem, mas trabalhar onde?

Uma versão mais crítica, veria aqui uma retomada do complexo casa-grande e senzala em que os opostos se conciliassem para produzir a cultura brasileira relevante e uma inserção produtiva na cultura ocidental. Uma promessa que reúne Brasília e sertão, em esforço de assimilação mais ou menos imediata. A versão amena da cordialidade, na contra-mão do argumento de Sergio Buarque, a cordialidade brasileira do jeitinho e da relação entre amigos em contraste com o a definição do conflito e do diálogo entre iguais. Que tal fantasia/ideologia do caráter nacional encontre-se no miolo da obra tão ambiciosa é um paradoxo que fala das ambigüidades e da força da cultura brasileira.

Não é necessário muito esforço para topar com o sincretismo entre mito e razão na experiência brasileira, com capitalistas e burgueses ferozes apelando para pajelanças e líderes espíritas visando sustentar sua vitalidade competitiva e acumuladora. Para parte da cultura nacional a regra é a conciliação excludente, a fantasia do progresso inocente que reúne Paulo Coelho e luta pelo lucro, sessões espíritas e *struggle for life*, sem que o racionalismo burguês se imponha e destrua o irracionalismo de base, a crença em uma redenção maior. Se é assim, José Hildebrando Dacanal teria apostado em demasia na hipótese excludente, em que a consciência racional de Riobaldo recusa a existência do demo. Para um descendente de imigrantes na tradição laicizada do catolicismo, o diabo pode ser uma crendice a ser descartada, para o caboclo Riobaldo deus e o diabo podem duelar perenemente na terra do sol. Riobaldo ataca e defende, morde e assopra, sem que o preto no branco da razão cartesiana se manifeste. Agregando provocação à análise, o narrador-poeta encarnaria a reelaboração estética da cordialidade pós-massacre, do arreglo excludente de quem no range-rede reelabora sem cessar e sem compromisso o luto pelos companheiros e inimigos sacrificados na sua ascensão social. Arranjo excludente em que a cordialidade se manifesta nos proprietários entre si e se concede a dependentes subordinados.

Mais uma encarnação da viagem circular dos donos do poder na definição do final do livro de Raimundo Faoro? A obra é tudo, diz Brás Cubas e promete o piparote no leitor, o sertão é o mundo, homem humano, diz Riobaldo também disposto a percorrer o mundo todo sem sair do lugar onde está. Bem instalado, filósofo bandido que se redimiou mediante benção de Quelemém, seu pajé espírita, para na seqüência partir para sua longa narrativa digressiva, anamnese psicanalítica épica. E o velho ex-jagunço narrará - não sem acusar sua culpa e algum pesar - como protagonizou a destruição do mundo de seus companheiros jagunços e furiosos fazendeiros militarizados (Zé Bebelo, Joca Ramiro, Medeiro Vaz, Titão Passos, Hermógenes, etc). O carrasco da ordem coronelesca é seu máximo aedo.

Do ponto de vista atual, tal fantasia de Brasil, rosiana ou bossanovista, ganha força de expressão em que tais conciliações podem ser retomadas pelo mercado e assim virarem uma espécie de vale tudo em que a ausência de regra seria a regra. O teste da realidade não vem ao caso, talvez porque a realidade da violência desvairada tenha se afirmado. Mesmo arriscando um salto interpretativo arbitrário, considere-se a canção do carrasco em *Tropa de elite*, filme de sucesso onde documentário e mundo-cão unem-se aos dilemas classe-média enunciados pelo sub-hamletiano Capitão Nascimento, o oficial encarregado de promover os rituais da captura, tortura e execução nas favelas cariocas. Ao contrário do que insinua seu nome, o capitão faz morrer, não nascer. Algo do vale tudo do distanciamento/intimidade de Riobaldo está ali, o bandido a serviço da ordem, que é a ordem do estado de exceção. O capitão trata de garantir nossa simpatia ao acusar, com voz em *off*, as ambigüidades do Brasil, sociedade que precisa enquadrar os pobres mais salientes e violentos que também são os fornecedores do prazer das drogas para a elite. O capitão é culpado? É um herói em crise que quer se livrar de sua tarefa macabra, que sabe que alcançou seu limite enquanto flagelo da bandidagem?

No Brasil a conciliação de opostos ter-se-ia generalizado por conta da falta de caráter burguês definido, tudo é e não é, e no miolo do processo as oligarquias têm uma margem de manobra acintosamente ampla, que lhes permite extorquir e extrair a riqueza sem o menor compromisso com o resto da sociedade e também sem maior dor de consciência. Por que a culpa se os limites da lei não estão estabelecidos? Qual lei está aí para ser transgredida ou não?

Consciência, coerência e caráter burguês que, é claro, são e não são, mire e veja, diria Riobaldo. Estamos aqui diante de uma obra modernista de alto coturno que se beneficia das ambigüidades do processo civilizatório e do avanço capitalista em larga escala. Seriam necessários a malícia e os poderes evocatórios de Guimarães Rosa para dar conta da atualidade em que se escreve este ensaio, entre janeiro e março de 2009, em plena crise de crédito ameaçando virar encrenca sistêmica financeira, crise emanada dos procedimentos heterodoxos de concessão de crédito adotados pelo motor mesmo do sistema capitalista, os Estados Unidos da América. Para salvar as empresas e os bancos periclitantes invocasse o rabudo supremo, isto é, a intervenção do Estado, com seu cortejo de dívida pública, políticos interesseiros, burocratas planejadores, etc. O mercado e sua mão invisível, criatura abstrata e supostamente incontrastável, apela para a sabedoria dos interventores e para o bolso dos contribuintes, até a pouco considerados um anacronismo a ser tolerado.

Vale mencionar que o monólogo de Riobaldo parece transcender ou renegar um conflito disseminado na experiência brasileira e recorrente na obra de Machado de Assis, Lima Barreto ou Graciliano, para citar os clássicos: os contrastes e conflitos entre capital e trabalho, entre metrópole e colônia, moderno e arcaico, centro e periferia. Salvo melhor juízo, tais contrastes parecem estar submetidos ao vaivém da solução de compromisso rosiana, elocução conciliatória, elusiva e provocativa, serpenteando (movimento do Urutu-Branco?) entre real e imaginário, confissão e ficção, racional e mítico, sem que tenha de assumir um lado ou outro. A melhor crítica de matriz uspiana, sempre em busca da experiência da dualidade e dialética, dependeria demais do contraste entre moderno e arcaico, atraso e avanço, etc. para definir seu diagnóstico e o impasse formalizado na obra talvez tenha inibido o debate. Neste extraordinário experimento artístico, o contraste e o conflito parecem diluídos em lirismo e reflexão para dar conta da terceira margem, do espaço além da dualidade que opõe lei do sertão e da pólis. A elocução de Riobaldo seria a mistura de roça e cidade em um limbo acochado mas inacessível, portanto a salvo.

Referências

- BOLLE, Willi. *grandesertão.br*. São Paulo: Duas cidades/Editora 34, 2004. (col. Espírito Crítico)
- DACANAL, José Hildebrando. *Nova narrativa épica no Brasil*. 2.ed. revista e ampliada. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. 19. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- ROSENFELD, Kathrin. *Desenveredando Rosa*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.
- SCHWARZ, Roberto. “Tira dúvidas com Roberto Schwarz – entrevista”. In: *Novos Estudos CEBRAP*, no. 58. São Paulo: novembro de 2000.
- SILVA, Fernando de Barros. *Chico Buarque*. São Paulo: Publifolha, 2004 (col. Folha explica).
- UTÉZA, Francis. *JGR: Metafísica do Grande Sertão*. São Paulo: Edusp, 1994. Tradução de José Carlos Garbuglio.